

O BRASIL DE JK

Angela de Castro Gomes
organizadora

Clovis de Faro

Gerson Moura

Helena Bomeny

Maria Antonieta P. Leopoldi

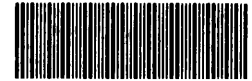
Maria Victoria Benevides

Mônica Pimenta Velloso

Salomão L. Quadros da Silva

Sheldon Maram

Biblioteca MA - PUCSP



10086628



ISBN 85-225-0161-0

Direitos dessa edição reservados à Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190 CEP 22253

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

Copyright © Centro de Pesquisa e Documentação
de História Contemporânea do Brasil

1ª edição — 1991

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL — CPDOC

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Revisão de texto: Dora Rocha Flaksman

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Chefia: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Damião Nascimento
Editoração de texto: Ercília Lopes de Souza (supervisora)
Editoração de arte: César R. Garcia (supervisor); Jayr Ferreira Vaz, Leci Brêda de Paula, Rozalra Conceição de Araújo (digitadores); Elisabeth Alderete (técnica em DTP); Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo Moreira da Silva (paginadores); Alcides de Beltran, Fatima Caroni, Heloisa Vieira, Renato Barraca (revisores)
Supervisão gráfica: Helio Lourenço Netto

Capa: Marcos Tupper

Fotos das capas: Fundação Oscar Niemeyer

Apoio:

MEMÓRIA
BRASIL

981.063
13823

B823

O Brasil de JK/Angela de Castro Gomes (org.); Clovis de Faro et al. —
Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991

168p.

Inclui bibliografia

1. O Brasil — História — 1956-1961. 2. Brasil — Relações Exteriores — 1956-1961. 3. Brasil — Condições econômicas — 1956-1961. 4. Eleições — Brasil. 5. Cultura popular — Brasil. 6. Nacionalismo. I. Gomes, Angela de Castro, 1948-, coord. II. Faro, Clovis de, 1941-. III. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CDD 981.0633
CDU 981.083.3

SUMÁRIO

Introdução 1

Angela de Castro Gomes

O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento 9

Maria Victoria Benevides

Avanços e recuos: a política exterior de JK 23

Gerson Moura

A década de 50 e o Programa de Metas 44

Clovis de Faro e Salomão L. Quadros da Silva

Crescendo em meio à incerteza:

a política econômica do governo JK (1956-60) 71

Maria Antonieta P. Leopoldi

Juscelino Kubitschek e a política presidencial 100

Sheldon Maram

A dupla face de Jano: romantismo e populismo 122

Mônica Pimenta Velloso

Utopias de cidade: as capitais do modernismo 144

Helena Bomeny

diálogo que me ficou na memória para encerrar esta introdução. Na peça *Galileu, Galilei*, de Brecht, há um momento em que Galileu, preso pela Inquisição, é visitado por um discípulo atônito ante a possibilidade de ver seu mestre negar suas próprias descobertas. Revoltado e desejoso de ver Galileu não mentir, ele o exorta, dizendo algo assim: “Pobre do povo que não tem heróis!” Ao que Galileu retruca: “Não, pobre do povo que precisa ter heróis.” Sendo assim, deixo ao leitor a tarefa de escolher qual a cor dos anos dourados.

Rio de Janeiro, agosto de 1991.

Angela de Castro Gomes*

Notas

1 Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

2 Lafer, Celso. A amizade na mesma geração. *Jornal do Brasil*, 10 mar. 1991, Idéias/Ensaio, p. 7.

3 A entrevista de Juscelino Kubitschek a Maria Victoria Benevides encontra-se depositada no CPDOC/FGV.

4 Kubitschek, Juscelino. *Depoimento*. CPDOC/FGV, 1974, p.6.

5 Vale a pena a citação:

“Eu sempre pensava, quando entrei na política, como a medicina era inspiradora dos meus atos políticos. Por exemplo, quando eu chegava no meu gabinete, eu já presidente da República, no Palácio do Catete, e chegava uma pessoa —, geralmente, a não ser as grandes figuras do Brasil, os que conseguiam aproximar-se de mim vinham numa emoção muito grande. Alguns não podiam nem falar; eram mulheres, homens. Então eu dizia: ‘Olhe, meu filho, eu conheço bem toda essa gama de emoções que sentem atualmente as pessoas que se aproximam de mim, porque também passei pelas mesmas dificuldades, também procurei homens poderosos para pedir. Sempre encontrei as portas fechadas, porque os poderosos nunca abriam portas para quem precisa. Eles só abrem para quem não precisa.’ (...) Nunca deixei uma pessoa sair desapontada do meu gabinete. Às vezes, podia ser impossível atender ao que pediam, mas safam com a minha palavra carinhosa, com a minha assistência, com a minha atenção.” Kubitschek, Juscelino. *Depoimento*. CPDOC/FGV, 1976, p. 23.

6 Sérgio Miceli em seus trabalhos tem recorrentemente chamado a atenção para a importância das relações familiares e do casamento no processo de ascensão à carreira política. Ver, por exemplo, Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: Fausto, Boris, org. *O Brasil republicano*. v. 3. São Paulo, Difel, 1981. (História Geral da Civilização Brasileira).

7 Além dos livros das duas autoras mencionadas, ambos publicados pela editora Paz e Terra, são conhecidos os trabalhos de Lafer, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: a study on Kubitschek's target plan*. Ph.D Thesis. Cornell Univ., 1970 e de Barbosa, Francisco de Assis. *JK: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960. Recentemente, foi publicado um novo livro: *JK: o estadista do desenvolvimento*. Brasília, Ed. Memorial JK e Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, 1991.

* Pesquisadora do CPDOC e professora adjunta do Departamento de História da UFF.

O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento

Maria Victoria Benevides*



Da figura e da atuação de Juscelino Kubitschek terá ficado, para adversários e admiradores, a imagem de seu espírito otimista e criador, iluminado por inegável tolerância política. Os saudosistas falariam de um capitalismo “risinho e franco”. Nunca houve tal coisa, é claro. Mas não deixa de seduzir o fascínio do “50 anos em 5” do presidente que ousou duvidar da “eterna vocação agrícola” do país e que aliou ao desenvolvimento acelerado uma experiência bem-sucedida de governo democrático. Tão democrático quanto possível nos limites óbvios de uma democracia de elites, com forte tradição oligárquica, militarista e mesmo golpista.]

Quinze anos depois da morte do presidente — cujo féretro levou às ruas, em pleno regime de opressão, uma multidão que chorava, cantava o “Peixe vivo” e pedia democracia — muito há ainda a se discutir sobre o seu modelo de desenvolvimento, assim como sobre sua brilhante personalidade política. Temas polêmicos, sem dúvida — tanto o modelo quanto a *persona* — mas que permanecem associados a idéias-forças que povoam, para o bem ou para o mal, o imaginário e o debate político nacional: a crença no Brasil “país do futuro”, a consolidação da “identidade nacional”, o desequilíbrio entre “os dois brasis”, a intervenção do Estado e a “sedução da tutela”, o papel dos militares “salvacionistas” e a conjugação entre liberdades públicas e desenvolvimento — enfim, as várias formas de que se reveste a velha questão, irresolvida, de atraso *versus* modernização.]

[Pois foi no governo Kubitschek que se consagrou, definitivamente, o vocábulo “desenvolvimentismo”, como já salientou o escritor Antonio Callado. Antes de JK falava-se em “fomento” e em “fomentar o desenvolvimento”; Juscelino teria sido o inventor da palavra, cuja mística ficou, na história contemporânea, inarredavelmente vinculada ao seu nome. Até hoje, qualquer sinal de “modernidade” ou de “espírito realizador” — misturados a um certo otimismo e às virtudes da conciliação política — costuma ser identificado como traço de um “juscelinismo” redivivo. Justifica-se, portanto, esta breve revisão sobre o período e o personagem.]

* Professora de Sociologia Política da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP; membro do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. É autora de *O governo Kubitschek; A UDN e o udenismo* (ambos na Ed. Paz e Terra); *O governo Jânio Quadros; Violência, povo e polícia; O PTB e o trabalhismo* (os três na Ed. Brasiliense) e *A cidadania ativa: plebiscito, referendo e iniciativa popular* (Ed. Ática).

Minha questão inicial diz respeito ao significado do juscelinismo (se é que se pode falar em “juscelinismo”) para essa juventude que tem, do governo Kubitschek (1956-61), a imagem esmaecida de um tempo marcado pelo impulso industrializante e pela mudança da capital para Brasília, no contexto de relativa liberdade política e cultural. E me pergunto, então, se esse período conteria certas características que o justificariam, coerentemente, como “ismo” da história política brasileira. E até que ponto o juscelinismo estaria vinculado a outros “ismos” famosos, como populismo e nacionalismo, ou, em plano mais pessoal, ao getulismo? Em outros termos, pode-se dizer que o juscelinismo faz parte do “inconsciente político” nacional?]

Creio que vale a pena retomar a indagação básica que motivou minha pesquisa sobre o governo Kubitschek: como explicar a aparente estabilidade política do governo, cujo chefe foi o único presidente civil, depois de 1930, a assumir a presidência da República e a transferi-la ao sucessor no dia marcado pela Constituição? (Pois Kubitschek assumiu o governo em circunstâncias delicadas; sua posse, e a do vice-presidente João Goulart, foram violentamente combatidas por setores antigetulistas e por civis ligados à conservadora UDN — a União Democrática Nacional (o partido de políticos de atuação recente como José Sarney, Afonso Arinos, Aureliano Chaves, José Aparecido, Antônio Carlos Magalhães, Sandra Cavalcanti e Amaral Neto, além das origens políticas familiares do atual presidente Collor de Mello).]

Empossado a partir do famoso “contragolpe preventivo” do então ministro da Guerra, general Lott, e assumindo a presidência após dois presidentes interinos, Juscelino conseguiu manter-se até o fim do mandato. Também é preciso lembrar que as crises com a renúncia de Jânio Quadros (agosto 61) e a oposição golpista à investidura do vice-presidente Goulart quase levaram o país à guerra civil. O governo de Juscelino encrava-se, pois, num período extremamente crítico, entre o suicídio de Getúlio Vargas (agosto 54) e a renúncia de Jânio Quadros. No entanto, essa experiência resultou num governo politicamente estável, apesar de marcado por crises militares no começo e no fim do período, como os levantes de Jacareacanga e de Aragarças; pelas crises provocadas por conflitos entre as três armas militares; por uma intensa atividade sindical e partidária; pela ascensão dos movimentos camponeses, e pela crescente intervenção da Igreja na área político-social, sobretudo no Nordeste. Aliás, este último ponto merece uma certa qualificação, pouco lembrada nas análises políticas do período. →

A Igreja Católica inicia, nesta fase, sua participação política mais ativa, só que, desta vez, do lado das reivindicações dos dominados — numa ruptura sensível com aquele padrão de intervenção política no estilo da Liga Eleitoral Católica ou de apoio incondicional às “autoridades”. A presença de JK nos Encontros dos Bispos do Nordeste, em 1956 e em 1959, é significativa. Juscelino contaria com o apoio da Igreja (lembre-se da aproximação ostensiva entre JK e Dom Helder Câmara) para seus projetos de desenvolvimento, assim

como reconheceria o importante papel da Igreja em suas mensagens sobre a criação da Sudene.

Esse governo, todavia, deixou a marca de estabilidade política exatamente porque conseguiu “administrar” e superar essas crises. A negociação consistia no principal recurso do governo para enfrentar as freqüentes greves no eixo Rio-São Paulo. As lideranças sindicais e os dirigentes patronais geralmente entravam em acordo (com a intermediação dos petebistas nas Delegacias Regionais do Trabalho) sem precisar recorrer à repressão policial. As crises militares, igualmente numerosas, foram todas absorvidas no âmbito da disciplina hierárquica. E mesmo aqueles oficiais da Aeronáutica envolvidos nas rebeliões de Jacareacanga e de Aragarças foram prontamente anistiados — embora tenham sido identificados com as forças derrotistas e reacionárias, pois seriam “contra o desenvolvimento”. O documentário *Os anos JK*, de Silvio Tandler, mostra cenas relativas àqueles levantes onde se vêem — triste ironia — índios e caboclos arregimentados para, supostamente, “defenderem a democracia”. A narração enfatiza a anistia e a reintegração dos militares revoltosos. O governo perdoava o primeiro seqüestro de avião e a câmara registra os “subversivos” desembarcando, livres e sorridentes, abraçados aos filhos e ovacionados no aeroporto.

Mas será Celso Furtado quem melhor compreende a atitude de Juscelino nesses momentos de gravíssima perturbação da ordem e de contestação à sua autoridade como chefe supremo das Forças Armadas. Vejam-se seus comentários, por exemplo, no segundo volume de suas memórias, *A fantasia desfeita* (Paz e Terra, 1989): “Mais do que os ensaios de insubordinação de Aragarças e Jacareacanga, cujo alcance estava limitado por se localizarem na Aeronáutica, a manobra dos oficiais do Exército para firmar pé no Nordeste, região do general Juarez Távora, candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais, preocupou Kubitschek. Sem conhecimento efetivo da região (...) se interrogava sobre o que fazer para evitar que a questão nordestina pusesse em risco a obra de redenção nacional que imaginava estar realizando.”

Além das crises militares, deve ser enfatizado que, apesar de contar com confortável maioria parlamentar (fruto da histórica aliança PSD-PTB), o governo era alvo constante da virulenta oposição udenista. A UDN — através sobretudo de sua implacável “Banda de Música” — especializou-se na denúncia dos “escândalos” da administração e na obstrução aos projetos do Executivo. “A UDN sempre me trouxe de canto chorado” — dizia JK com ironia desprovida de ressentimentos. “É uma expressão lá de Minas, quer dizer sempre na mira para atacar, sempre perseguindo, uma perseguição medonha” (entrevista à autora). Isso porque não há dúvidas de que Juscelino era, para amigos ou inimigos, apresentado e identificado como “herdeiro” de Getúlio. O que não foi simples. Embora encarnasse, em sua trajetória política, o estilo do pessedismo mineiro (o poderoso PSD que, com honrosas exceções como Tancredo Neves, afastara-se de Getúlio no final de seu governo), estava claro para JK que apenas uma sólida bandeira trabalhista-getulista congregaria o

apoio popular após o trauma do suicídio. Foi por isso, aliás, que Juscelino insistiu na aliança eleitoral com o PTB e no nome de João Goulart, apesar de saber que enfrentaria a imediata oposição udenista e militar: "Eu sabia que uma aliança com o PTB era imprescindível; somente uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa. E somente com um candidato que conseguisse a reconciliação entre o voto rural do PSD e o voto urbano do PTB...: o nome de Goulart era o que reunia maiores possibilidades" (JK, entrevista à autora, 1.4.74). Assim, Juscelino e Jango, personificando a herança getulista, consagraram o "ponto ótimo" da aliança PSD-PTB, solidamente reinstalada no poder.

Creio que, mais do que estável, esse período representaria um "equilíbrio instável", graças aos "mecanismos de compensações" entre as variáveis que, no meu livro, assinei: a cooptação dos militares; a forte aliança PSD-PTB, indispensável no Congresso em virtude das disputas orçamentárias; o desenvolvimento do Programa de Metas e a "administração paralela", ou seja, uma "administração de notáveis", um módulo de eficiência, e, como o nome o indica, paralelo à administração formal que devia ser mantida. Nesse sentido, e sob a égide dos poderes concentrados nas mãos do presidente da República, o Executivo conseguia implementar uma política inovadora sem destruir o clientelismo já tradicional na administração brasileira. Deu certo. Pois essa "administração paralela" — ampliada e dinamizada a partir de breve ensaio no segundo governo Vargas — era uma forma de evitar o imobilismo do sistema sem contestá-lo, uma vez que os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto os antigos continuavam a corresponder aos interesses das clientelas políticas, sobretudo regionais (Francisco de Assis Barbosa considera que essa tática de Kubitschek antecipava, de certa forma, o que faria o presidente Kennedy, na linha da política iniciada nos tempos de Roosevelt, com o New Deal).

Em breve resumo sobre o governo Kubitschek, considero que se poderia caracterizar o "juscelinismo" por uma política que, nas palavras de Celso Lafer, procurou a conciliação entre o velho e o novo, entre a elite e as massas. Esse "ismo" também se identifica com um novo tipo de nacionalismo que se distanciava do nacionalismo getulista pela ênfase concedida ao capital estrangeiro, cujo ingresso privilegiado constituiria o principal motivo da crítica das esquerdas ao governo. Esse nacionalismo de certa forma confundia-se com desenvolvimentismo em termos de mobilização de recursos e de apoio e também no nível ideológico, graças ao grupo dos intelectuais articulados em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O juscelinismo representava — ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico — uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas nos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manu-

tenção da "paz e tranqüilidade" no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho. Para a classe empresarial o Programa de Metas tinha evidentes atrativos. O presidente enfatizava incentivos, e não ordens ou proibições. Isso significava estímulos à inversão privada, legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações (lembre-se o êxito da indústria automobilística). Nesse ponto, vale a pena lembrar a observação de Roberto Gusmão: "Nenhum presidente da Confederação Nacional das Indústrias ou de confederações estaduais — como a FIESP — fez oposição ao governo JK. Quando se fala péjorativamente em peleguismo da liderança sindical operária é preciso lembrar que, do outro lado, havia também o peleguismo dourado das classes produtoras, tão dependentes do governo quanto os pelegos sindicais" (entrevista à autora, 16.5.75).

A preocupação com o "discurso" juscelinista não pode, é claro, ser desvinculada da conjuntura política (daí por que considero do maior interesse entender a conjugação entre um estudo de ciência política e uma perspectiva de historiador político). Entendo por conjuntura política aquele nível onde se defrontam e se integram evoluções estruturais de longa e média duração. E também acontecimentos que podem destoar, quer por serem relativamente imprevisíveis, quer por ocorrerem em contextos diferentes. Nesse sentido, entendo que, numa análise sobre o governo Kubitschek, é possível apontar tendências estruturais que já vinham desde os anos 30, como o lento crescimento da participação substantiva — e não apenas arbitral — dos militares na política. E, pelo lado do imprevisível, avulta como fenômeno singular a personalidade de Juscelino Kubitschek.

Se é verdade que não se avalizam análises históricas em termos meramente personalizantes, é igualmente verdade que são exatamente nessas conjunturas e encruzilhadas que o homem faz a História. No caso específico de Juscelino, ele disporia daquilo que o cientista político David Easton denomina "talento das autoridades", ou seja, sensibilidade para captar o estilo de política possível no momento de demandas conflitantes. Mais do que a encarnação da velha "conciliação" — recorrente na história de nossas elites — o talento de JK consistia na provocação contagiante de um "estado de espírito" de esperança e otimismo. Afonso Arinos de Mello Franco identifica este "estado de espírito", por exemplo, ao evocar a construção da nova capital: "Brasília foi a exaltação da esperança nacional, do sentimento de grandeza, do aspecto sentimental da esperança de cada um" (entrevista à autora). Além disso, avesso a qualquer radicalismo, JK repudiava o refrão da "infiltração comunista", tão ao gosto de carcomidos, civis e militares, aquele velho temor ironizado por Mário de Andrade, na década de 40, como a "assombração medonha". Medonha é a miséria, que gera a revolta, dizia Juscelino. E, assim, até mesmo o Partido Comunista, apesar de ainda na ilegalidade, desfrutava de uma certa

liberdade de ação — dispunha de ativa imprensa própria, vendida em bancas, e líderes importantes, como Luiz Carlos Prestes, apareciam em comícios (Prestes, aliás, apoiou JK publicamente, por ocasião do rompimento com o Fundo Monetário Internacional e trabalhou ostensivamente pela candidatura do marechal Lott à sucessão presidencial). A imprensa oposicionista, de esquerda ou de direita (como o tablóide sensacionalista *Maquis*, ligado à UDN carioca mais radical e golpista), gozava de ampla circulação, praticamente sem atrito com a censura.

A historiadora Maria Yedda Linhares escreveu, na ocasião do lançamento de meu livro, as críticas mais contundentes a este tipo de argumentação. “O seu modelo, assim como um navio que é lançado ao mar, não flutua. Isto porque o concreto — ou seja, a história — sobre a qual ele foi construído parece não ter levado em conta outros fatores, ou outras variáveis, igualmente fundamentais”, como “a relação dialética entre desenvolvimento acelerado de um país subdesenvolvido, periférico e dependente e a recuperação do capitalismo no plano internacional da guerra fria” (...), “o imperialismo” (...) e “as classes sociais, o que elas são e representam no jogo político” (*Opinião*, 17 set. 1976). Creio que, com outros termos e outra abordagem teórica, aproximo tais considerações quando discuto o esgotamento do modelo — inclusive pelos motivos salientados por Maria Yedda — tanto do ponto de vista da participação dos militares (sensíveis ao “imperialismo”, à “guerra fria” e à “luta de classes”) quanto do ponto de vista da política econômica.

É assim que, para a compreensão do período, eu incluíria não apenas aquelas evoluções já presentes na década de 30, mas também as brechas franqueadas ao capitalismo periférico, o que permitiu a autonomia das macrodecisões de investimento e os desdobramentos estruturais do capitalismo central na década de 50. Tais considerações, embora brevíssimas, são necessárias porque a política econômica juscelinista acabou tornando-se o eixo para a análise, positiva ou negativa, desse importante período de nossa experiência democrático-populista que vai de 1946 a 1964.

E por que populismo? Até que ponto podemos associar populismo a juscelinismo e considerar Juscelino Kubitschek um líder populista? A meu ver, foi o presidente que levou ao máximo as virtualidades do período populista. Mas, integrado numa época onde predominou o populismo, não exibia as características “tradicionais” do populista, como, por exemplo, João Goulart, pelo apelo do trabalhismo, Ademar de Barros, no sentido paternalista, com aspectos reacionários, ou ainda Jânio Quadros, com sua versão de populismo moralista-autoritário.

E ainda sobre o “discurso juscelinista” e a possível aproximação com o populismo, é importante lembrar que nele não há uma característica essencial ao pensamento reacionário, no sentido de que este distingue-se, sob qualquer vertente política ou ideológica, pela vontade explícita de *volta à situação anterior*, de exaltação do passado. O futuro é sempre a referência maior de JK e seu discurso.

Se não era “tradicionalmente” populista, poderíamos falar de “ideologia” do juscelinismo?

Nas análises sobre “ideologias”, interessa-me especialmente o confronto das ambigüidades e das contradições, partes integrantes de qualquer discurso político — como, aliás, de qualquer linguagem simbólica. Interessa-me o que há de lógico nas ambigüidades, já que tais ambigüidades possuem uma “lógica própria”, muito mais importante do que a redução a oposições contraditórias e muitas vezes antagônicas. Portanto, a lógica dessas ambigüidades e contradições constitui o perfil ideológico, tanto de um partido quanto de um governo, e identifica determinado projeto político (nesse ponto, lembro o estudo verdadeiramente clássico do saudoso mestre Victor Nunes Leal que, em *Coronelismo, enxada e voto*, desenvolve a idéia de que o coronelismo não significa a redução das polaridades entre o poder público e o poder privado, mas sensíveis complementaridades entre o público e o privado).

A meu ver, a ambigüidade mais visível nos discursos juscelinistas refere-se, de início, à conjugação entre o nacionalismo da herança varguista e um novo modelo de desenvolvimento amarrado ao capital estrangeiro. Tais contradições compõem o perfil ideológico do governo e se inserem no projeto político que, no caso do juscelinismo, era o projeto de desenvolvimento econômico, aqui entendido não como crescimento “tradicional”, mas crescimento com mudança estrutural, profundamente dependente de planos específicos de execução num prazo determinado. No juscelinismo está clara a proposta para o futuro, em termos ideológicos da “construção do novo” — país, Estado e nação — e uma proposta prática de mudança na administração pública. É assim que o populismo toma outro sentido com Juscelino, além de ser a expressão de uma aliança vitoriosa e virtualmente contraditória entre um partido conservador de base rural, como o PSD, e uma agremiação de base urbana, como o PTB.

Isso não significa dizer que um governo proveniente do PSD não dispusesse do voto urbano e do apoio das camadas emergentes. E aqui voltamos para outro aspecto daquele populismo. Pois um ponto da maior relevância deve ser enfatizado: Juscelino foi eleito por apenas 36% dos votos válidos (contra os 49% de Getúlio em 1950 e os 55% de Dutra em 1945) e sabia que teria que enfrentar o “complexo de minoria”. Assim, não somente apostou com sucesso nas composições partidárias e outros compromissos assumidos na campanha (no velho sistema do clientelismo) como, sobretudo, desenvolveu uma compreensão mais “moderna” sobre o populismo. O que significava dimensionar pragmaticamente a ampliação da participação política através do voto, consequência da Carta de 46 e das novas franquias eleitorais. Em outros termos, JK compreendeu que, se o voto era necessário para conferir legitimidade ao sistema e ao seu governo (apesar de todas as distorções e insuficiências da representação via partidos, atuantes porém precários do ponto de vista da representatividade democrática), a contrapartida do governante, para canalizar o apoio dos grupos e classes emergentes, era justamente a maciça criação de

empregos. A euforia desenvolvimentista e, especificamente, a fundação de Brasília e a implantação da indústria automobilística, no âmbito do Programa de Metas, converteram-se na resposta de um novo e “moderno” populismo.

É nesse sentido que entendo a argumentação de um arguto analista do fenômeno do populismo, como Francisco Weffort, que chama a atenção justamente para os aspectos contraditórios do fenômeno: “O populismo não era apenas esse fenômeno de liderança, de comando político, de organização política que tentei descrever. (...) era também um fenômeno de Estado, não marginal ao processo político, era um dos travejamentos da estrutura de poder do Brasil, embora não fosse o único (...) e os populistas eram grandes políticos nacionais (...) Na verdade, não há, no populismo, representação alguma na qual o representado possa fazer a sua voz ser ouvida — mas o populismo é contraditório no sentido de ser democrático, quando alguém no poder reconhece a emergência de certas reivindicações que vêm vindo pela base e busca, dentro do possível, atendê-las: ao fazer isso, introduz novos atores no cenário político” (1976, p. 176). E continua: “O período de meados dos anos 50 foi de crise geral do populismo latino-americano, e o populismo brasileiro, em que pesem suas particularidades, não é uma exceção à regra. As quedas de Arbens na Guatemala (1953) e de Perón na Argentina (1955), o curto e fracassado período de Rojas Pinilla na Colômbia (1953-1957), sem deixar de mencionar o trágico destino que estaria reservado à revolução boliviana de 1953 — todos esses acontecimentos indicam as maneiras muito diversas pelas quais os sistemas políticos latino-americanos recebiam (e respondiam) os primeiros impactos da nova linha de expansão do sistema capitalista internacional (...) o que transformou o caso brasileiro num caso à parte foram as peculiaridades da crise de hegemonia que caracteriza a história do país desde os anos 30, e, em particular, o lugar estratégico que estas circunstâncias de crise deveriam reservar para o aparelho de Estado e, em especial, para a figura de Getúlio Vargas” (1979, p.5).

Resumindo, o populismo juscelinista pode ser visto como um tipo de conciliação, ao mesmo tempo modernizante e conservadora, e como um “novo” nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente do capital estrangeiro. Sobre esse ponto, aliás, é importante destacar a releitura, inovadora e polêmica, feita por Fiori e Lessa, sobre o segundo governo Vargas. Ao negar as interpretações mais correntes sobre o “radicalismo nacionalista e popular” do projeto de Getúlio, sobretudo a partir da “crise de 1953”, os autores enfatizam que não houve rupturas ou descontinuidades maiores entre a proposta de desenvolvimento de Vargas e a de JK. “A vitória da industrialização pesada e a euforia da segunda metade dos anos cinquenta não se deveu, pois, à derrota de um suposto projeto nacionalista e popular de desenvolvimento. O Plano de Metas não foi mais nem menos ‘pró-imperialista’ do que o plano implícito no conjunto das mensagens e iniciativas de Vargas” (1983, p. 31).

No entanto, creio ainda que, mesmo no plano mais simples da “retórica” e da “imagem” em relação ao nacionalismo da herança varguista, o desenvolvimentismo possuía vantagens que o tornavam mais atraente, mais “pragmático”, como recurso dos mais eficientes, tanto para a mobilização quanto para a legitimação. Para a burguesia industrial em expansão, ao contrário do getulismo, o desenvolvimentismo evitava a ênfase na intervenção estatal na economia. Para os trabalhadores, o nacionalismo podia ser uma abstração, uma palavra de ordem, uma bandeira, um ideal, e o desenvolvimentismo era concreto, porque dele emanavam frutos imediatos, como o já citado atendimento às demandas específicas por empregos e serviços básicos. Já para os militares, o desenvolvimentismo representava o que mais tarde seria identificado como a ideologia do “Brasil grande potência”, pela multiplicação de recursos para aparelhamento bélico, comunicação e transportes. Para a esquerda em geral (onde o debate ideológico se tornou cada vez mais débil entre o nacionalismo, digamos, autêntico, e o nacionalismo com tinturas entreguistas), a questão estava esmaecida pela política conciliadora do Partido Comunista. O PC acreditava na “revolução burguesa” e via a entrada do capital estrangeiro como um mal muito menor do que a oposição no “estilo udenista”, antipopular, antiprogressista e antigetulista.

No governo Kubitschek, no entanto, a manutenção da ordem foi tão importante quanto a defesa das liberdades políticas. Relembro a famosa frase: “Meu governo” — dizia Juscelino — “se assenta num tripé.” Esse tripé era formado pelo Ministério da Guerra, chefiado pelo marechal Lott, pelo comando do I Exército, exercido pelo general Odílio Denys, e pela chefia de Polícia do Distrito Federal, esta última bastante importante, numa época em que o governo não dispunha de centrais de informação militares, como hoje. Aliás, aquela frase seria depois ironizada pelo ex-ministro Afonso Arinos, para quem o tripé de Juscelino “tinha uma perna só: a bota do general Lott”. Mas é bem verdade que, ao contrário de Getúlio, que teve três ministros da Guerra, e de Jango, com quatro, Juscelino manteve um único ministro na chefia das Forças Armadas. O general Lott tornou-se o “fiador do regime”, controlando qualquer envolvimento partidário dos militares e impedindo que o Exército concretizasse a fatalidade latino-americana de se tornar “o grande partido fardado”. Assim é que o Clube Militar permanece, pela primeira vez, à margem das conspirações e do enredamento com a pregação golpista das eternas “vivandeiras dos quartéis”. Pois embora se mantivesse viva a divisão entre o grupo do 11 de novembro e o do 24 de agosto, as Forças Armadas, no seu conjunto, tinham interesse em apoiar a política econômica do governo. O Programa de Metas não prejudicava o atendimento às emergências de equipamentos e aumentos salariais; o orçamento dos militares crescia junto com o PNB. E mantinham-se inalterados os interesses “não-negociáveis” dos militares, como a Petrobrás e o controle sobre os minerais energéticos.

Não há negar, no entanto, que se o discurso juscelinista identificava a ordem pública como requisito para o desenvolvimento, enfatizava também a subor-

dinação das exigências de “ordem” à manutenção dos direitos civis, o respeito à Constituição. Os militares eram, sem dúvida, essencialmente importantes para a estabilidade do governo sem, contudo, abalar de maneira irreversível os alicerces do poder civil. Tornaram-se co-responsáveis pelo programa de desenvolvimento — e dele muito se beneficiaram — mas não de forma isolada, e sim em conjunto com as demais forças políticas que atuam nas democracias — por mais incipientes que sejam —, como as lideranças partidárias, os setores da imprensa e aqueles empresários que participavam dos Grupos de Trabalho e dos Grupos Executivos criados especialmente para implementar o Programa de Metas.

Portanto, a cooptação dos militares, que gradativamente foram assumindo posições de mando nos postos executivos (reforçando uma tendência já visível nos governos anteriores) também avulta como característica do período. Tais virtualidades tiveram seu ponto máximo no governo Kubitschek, e por esse ângulo é que entendo classificá-lo como “apogeu do populismo”. No entanto, por se tratarem de virtualidades típicas de uma determinada conjuntura, esgotaram suas possibilidades no final do governo.

Essa cooptação foi decisiva no período 1956-61: em meu livro *O governo Kubitschek* procedo a um levantamento dos oficiais militares que detiveram cargos executivos na administração pública e nos setores mais importantes da economia nacional. Contudo, essa participação cresce e muda sensivelmente quando o legalismo militar começa a alterar-se — por influências externas, em face dos rumos socializantes da revolução cubana, mas também pela efervescência política interna. O que antes significava um legalismo constitucional-militar, de respeito à Constituição e subordinação à lei, passa a ser um legalismo condicionado a uma postura basicamente anticomunista e que considerava “subversiva” toda e qualquer manifestação popular, na cidade e no campo, sendo que estas últimas se tornaram substancialmente mais agudas no final do governo.

Em sua análise sobre o período, Hélio Jaguaribe lembra “a política de adiamentos estratégicos” do governo JK, para impedir o confronto direto com as forças opositoras, e que consistia em jogar para a frente os problemas que resultariam nas crises de 61-64. Nesse sentido, encerro estas notas sustentando que o sistema político era estável no jogo das forças políticas, porém instável do ponto de vista institucional. A extrema improvisação institucional do governo Kubitschek tornou-se responsável pela instabilidade futura. Essa improvisação que marcou o governo e teve seu ponto culminante na “administração paralela” — apontava, por um lado, a fragilidade institucional, já crônica desde a década de 30, e, por outro, o esgotamento daquelas virtualidades que marcaram o apogeu do populismo no período.

Nesses termos, aquelas próprias variáveis que garantiam o apogeu foram também responsáveis pelo declínio do sistema. O Programa de Metas, o apoio da aliança PSD-PTB, a mobilização pelo desenvolvimento e a cooptação dos militares — variáveis básicas para se entender o êxito do governo Kubitschek,

—, esgotaram sua eficácia no período. Na medida em que mudaram as zonas de incerteza na economia, pelo próprio crescimento econômico (incerteza situada nas propostas de financiamento externo), a “administração paralela” perdeu sua eficácia, o recurso à inflação e ao capital estrangeiro começou a declinar, não apenas em termos pragmáticos, como em termos da legitimação de um novo nacionalismo. E embora se tratasse de uma inflação razoavelmente baixa, comparada a níveis posteriores, ela se converteria no principal eixo dos ataques ao governo. E facilitou, sobremaneira, a ascensão de Jânio Quadros, que se apresentava com a autoridade de quem poria “ordem no caos”.

O apoio conjunto do PSD-PTB também foi declinando pelo esfacelamento dessa aliança; o crescimento do PTB (o partido que mais cresceu no período) começou a ameaçar a posição hegemônica do PSD, que se aproxima de seu tradicional adversário — a UDN.

Os próprios frutos do crescimento econômico mudaram o perfil da economia nacional, em termos das forças políticas conflitantes e no quadro das relações internacionais. Paradoxalmente, na medida em que o desenvolvimento mobilizava camadas sociais cada vez mais reivindicativas — porém sem condições de serem absorvidas institucionalmente pelo sistema — contribuía para o declínio das virtualidades dos “anos dourados” que significaram, com todas as contradições e ambigüidades, a experiência mais brilhante de nossa democracia liberal-burguesa. Num país como o Brasil, marcado por desigualdades sociais tão absurdas e desequilíbrios econômicos crescentes, essa democracia — sempre para “os de cima” — pode “dar certo”, mas apenas durante um certo tempo.

Enfim, o esgotamento das virtualidades do modelo desenvolvimentista revela seus aspectos mais discutíveis: as conseqüências, a longo prazo, da entrada em massa do capital estrangeiro; a descapitalização do meio rural, com os efeitos multiplicadores do inchaço urbano, desemprego e subemprego; a inflação e o crescimento da dívida externa, com o desequilíbrio do balanço de pagamentos etc. Passada a euforia, o prenúncio da crise exigia uma política de estabilização (tentada, sem sucesso, no governo Kubitschek, por iniciativa do ministro Lucas Lopes) e de austeridade. O otimismo jamais igualável da democracia juscelinista seria substituído pela carranca autoritária, moralista e vingativa do janismo. A vitória de Jânio Quadros em 1960 seria a maior derrota de JK que, além de não fazer seu sucessor, não lograra consolidar, no empresariado que tanto o apoiara, a crença duradoura nas virtudes da democracia para a construção de um capitalismo mais contemporâneo do mundo civilizado. (Aliás, uma questão incômoda permanece: em nome de que a burguesia acabou aceitando, em 1964, a substituição de um Estado liberal-burguês por um Estado militar e tecnocrático?)

Francisco de Assis Barbosa enfatiza o compromisso radical de Juscelino com a legalidade democrática. “Foi um ponto de honra de seu governo; resistiu às tentações de continuísmo, possível através de uma reforma constitucional

que lhe permitiria a reeleição. Seu desejo era o de despertar o gigante adormecido, como dizia sempre, mas sem quebra das normas constitucionais. Sua obsessão: passar o governo ao seu sucessor, eleito pelo povo, garantir a continuidade e a normalidade democrática. E isso ele conseguiu. Deu conta do recado. Com audácia, energia e confiança, como disse André Malraux” (entrevista à autora).

“Juscelino foi a prova personificada de que o regime democrático é viável (...) Sua vocação de tolerância, sua capacidade de compreensão, sua tenacidade, sua jovial confiança no poder da ação fizeram dele um criador de otimismo, um desbravador de caminhos. Foi isto que o povo identificou nele. E por isso, tão grande parte do povo se identificou com ele” (*Veja*, 25 ago. 1976, p. 8). Tais palavras não pertencem a um fiel admirador e correligionário — mas ao mais ferrenho adversário que JK e seu governo tiveram que enfrentar: Carlos Lacerda. E não se trata de um necrológio “à moda cordial” brasileira (pois Lacerda não perdoava inimigos nem mesmo mortos), mas o reconhecimento de que, mais do que o lugar-comum da “tolerância e da simpatia”, percebia no governante a marca de um carisma para a formação de um *ethos* positivo e criador.

Em 1990, comentando com agudeza e pungência a torpeza da campanha presidencial vitoriosa — que se valera da fraude, das negociatas, da mentira, da manipulação da miséria e do cinismo do “guerra é guerra” — a escritora Marilene Felinto confessava o sentimento de vergonha de ser brasileira e resumia, numa frase, o desamparo angustiado de tantos jovens de hoje: “tenho trinta anos na cara e nenhum ano de esperança pela frente” (*Folha de S. Paulo*, p. 3, “A coisa errada”). Esse desencanto, esse brutal complexo de inferioridade de “ser brasileiro” (e as filas de espera por mais de um ano no consulado para se obter a cidadania italiana? E a onda imigratória de jovens na ilusão de fugir para as luzes do “primeiro mundo”?) é, mais do que tudo, *a desgraça de uma nação*. Nação que se identifica na comunidade cultural e política, mas só se mantém, só se consolida “como nação” se houver crença no futuro. Pois foi justamente essa crença no futuro, essa esperança nos destinos da nação que fizeram de Juscelino um presidente singular na nossa história. Singular porque não encontramos paralelo em nenhum outro. De Getúlio ficou o carisma do “pai dos pobres”, fortalecido pelo radicalismo do sangue derramado, mas ele não incutiu esperança no povo, que nele venerava o protetor austero e insubstituível. O presidente Jânio Quadros também não, pois falava muito mais em “vigiar e punir” do que em criar e desenvolver; e sentimentos nacionais de delação e vingança são, evidentemente, incompatíveis com otimismo e esperança. E João Goulart, marcado pelo fardo de ser o novo e contraditório “herdeiro de Getúlio”, não conseguiu enfrentar e superar a devastadora campanha de propagação do terror: a ameaça do comunismo “ateu e solerte”. O que foi decisivo para incutir em grande parte da opinião pública o medo e o ódio ao “inimigo interno” — e nesse clima de guerra civil ideológica não é possível florescer qualquer tipo de sentimento nacional positivo.

E nosso primeiro presidente civil depois do regime militar, José Sarney, apesar de comprazer-se com uma auto-imagem de “generosidade e espírito conciliador à moda de Juscelino”, precipitou a desesperança a níveis insuspeitados após o efêmero “Plano Cruzado”. (É razoável supor que Tancredo Neves, como o candidato do consenso das “diretas indiretas”, lograsse alcançar a marca da esperança — mas só houve tempo para a manifestação popular de “orfandade”. Talvez tenha sido, no brevíssimo espaço da ascensão, doença e morte, um novo cavaleiro da esperança.) Mas Fernando Collor, em apenas um ano de governo, conseguiu reverter completamente as expectativas de metade dos eleitores que acreditaram nas promessas e nas possibilidades de realização de quem também se apresentava como um “novo Juscelino” — na determinação e na radicalidade de suas propostas de “modernização”. Deu no que deu. Pesquisas da Standard, Ogilvy & Mather revelam que 74% da classe média brasileira estão pessimistas (*Folha de S. Paulo*, p.2, 21 jul. 1991), e reportagem especial de um semanário descreve o que chama de verdadeiro *êxodo* dos desesperançados, identificando-o como uma nova “diáspora” (*Veja*, 32, ago. 1991).

É claro que não podemos perder o senso crítico em relação à superficialidade e ao lado ingênuo e ufanista daquela retórica da época — “o país do futuro”. Mas não resta dúvida de que JK, com sua personalidade na qual Afonso Arinos percebia “imaginação, entusiasmo e fé de um visionário do real” — conseguiu manter, por um certo tempo, o necessário “equilíbrio psicológico” da nação. Essa é, a meu ver, a marca inconfundível de um estadista. Consciente ou inconscientemente — e estou convencida de que não se tratava de uma política deliberada, mas de algo intrínseco à personalidade, do “talento da autoridade” — Juscelino transmitiu a esperança, *obrigação de todo homem público*. Pois, sem esperança, como será possível construir, criar, participar, acreditar em seu próprio país? Sem esperança no futuro estaremos sempre, ressentidos ou aparvalhados, “estrangeiros em nossa terra” — ou, em analogia com o que constatava Sérgio Buarque de Holanda, ameaçados pelo “demônio pérfido e pretensioso”, aquele que nos torna “comparsas desatentos do mundo em que habitamos”.

Talvez seja nesse sentido que podemos compreender melhor como Juscelino repudiava, com veemência — e até mesmo com uma certa repugnância pelos derrotistas e acomodados, que se comportavam como na imagem dos “caranguejos” — as cassandras da fatalidade, da inexorabilidade do subdesenvolvimento num país como o Brasil. Em seu discurso de despedida é enfático: “Não fecho os olhos à realidade. Conheço e reconheço que é um trabalho imenso o que desafia os nossos administradores e homens públicos. Sei que o pauperismo continua a afligir-nos, a danificar-nos. Sei que não foram extintas as fontes do sofrimento e da miséria. Mas, ao mesmo tempo em que me dou conta disso, dou-me conta, também, de que já não aceitamos um destino negativo.”

O presidente Juscelino foi, sem dúvida, um grande político nos moldes do que já se convencionou denominar “modernização conservadora”. Mas sacudiu o país do marasmo “caranguejeiro” e conseguiu incutir, no brasileiro, algo mais do que o fugaz e alienante sentimento da “pátria em chuteiras”. Durou pouco e trouxe algumas conseqüências funestas — sobretudo no plano da credibilidade institucional. Se vivo fosse, estaríamos em campos diferentes; mas tenho certeza de que Juscelino Kubitschek teria com o meu partido — o Partido dos Trabalhadores — um diálogo mais respeitoso e democrático do que muitos dos chamados “liberais” da já velha “Nova República” e deste triste, apagado e vil “Brasil novo”.

Referências bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brasil*. PhD. Thesis. Cornell University, 1970.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988 (e entrevista à autora).
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *A escalada* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio, 1965 (e entrevista à autora).
- JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade, mudança e política*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, n. 1, 1978 ; n. 2, 1979.
- LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo popular do segundo governo Vargas*. Instituto de Economia Industrial, UFRJ, out. 1983.

Avanços e recuos: a política exterior de JK

Gerson Moura*

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) situa-se em plena vigência do que se convencionou chamar de “guerra fria” entre as duas superpotências. Acorados em supostos ideológicos aparentemente irreconciliáveis, EUA e URSS constituíam então dois poderes que se confrontavam em termos político-estratégicos e ideológicos e se afirmavam como centro e liderança de dois blocos antagônicos que porfiavam pela adesão e lealdade do restante da humanidade. De fato, são notáveis na década de 50 a guerra de propaganda, a corrida armamentista, assim como as doutrinas estratégicas que tornavam próxima a possibilidade de um conflito nuclear de caráter apocalíptico — tudo procurando reduzir a complexidade do sistema internacional a uma ordem bipolar simples, à qual deveriam amoldar-se os demais estados nacionais.

No entanto, na segunda metade dos anos 50, nem os blocos que se antagonizavam eram perfeitamente coesos no seu interior e nem o restante da humanidade se dispunha a aderir completamente à liderança das superpotências. Esses elementos perturbadores da ordem bipolar, embora não fossem suficientes para demolir os alicerces da guerra fria, constituíam contudo “sinais dos tempos” para estadistas mais atentos e que buscavam uma adequada inserção de seus países na ordem internacional.

Firmemente atado ao sistema de poder norte-americano, desde que se consolidara a aliança com os EUA no decorrer da II Guerra Mundial, o Brasil parecia destinado ao alinhamento automático na sua política exterior. Posição inteiramente assumida entre 1945-50 por identidade ideológica (governo Dutra) e parcialmente renegada entre 1950-54 por um pragmatismo impossível (governo Vargas), o alinhamento automático parecia então se inscrever na lógica da situação geopolítica brasileira, assim como parecia ser o ponto de partida da política exterior de JK. De acordo com o secretário de Estado norte-americano, em comunicado ao presidente Eisenhower, o presidente eleito Kubitschek revelara-lhe a aspiração de mirar-se no exemplo e ganhar o respeito do povo americano, dizendo-lhe as seguintes palavras: “Sou um conservador; e quero renovar nossa amizade” (com o povo americano).¹ É geralmente em termos de alinhamento aos EUA que se tem analisado a política exterior do governo JK. Desse ponto de vista, as eventuais discrepâncias juscelinistas ao modelo do “alinhamento” constituiriam incidentes de menor monta ou até mesmo exceções que confirmariam a regra.

* Pesquisador do CPDOC e autor, entre outras obras, de *Autonomia na dependência* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980), *Tio Sam chega ao Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1984) e *Estados Unidos e América Latina* (São Paulo, Contexto, 1990).